



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 7 de novembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frases	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Em defesa da ZFM	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Em defesa da ZFM (continuação)	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	5
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Impostos	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Turismo de Negócios	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Turismo de Negócios (continuação)	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Tony Santos	9
JORNAL DO COMMERCIO	
Tony Santos (continuação)	10
JORNAL DO COMMERCIO	
Avestruz	11
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO	
Estratégia & Ação	12
EMPRESAS	
A CRITICA	
CAPA	13
CAPA	
A CRITICA	
Oxalá surtam o efeito esperado	14
OPINIÃO	
A CRITICA	
Sim & Não	15
OPINIÃO	
A CRITICA	
Desabafo	16
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Encontro marcado na TV	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Sérgio Frota	18
PLATÉIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	19
CAPA	

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Editorial	20
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	21
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Em três anos, indústrias chinesas acumulam investimentos de R\$ 1,3 bi.....	22
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Em três anos, indústrias chinesas acumulam investimentos de R\$ 1,3 bi (continuação)	23
ECONOMIA	

CAPA

Deputado alerta para ameaça da concorrência asiática ao PIM

A indústria de componentes do PIM está beirando a sepultura. Quem garante é o deputado estadual e economista José Ricardo Wendling (PT), que resolveu lançar um apelo em forma de indicação na Assembleia Legislativa, à bancada federal do Amazonas no Congresso Nacional, na esperança de que a “via política” ajude a amenizar a situação do polo, que está sendo atropelado pela concorrência asiática.

Frases

Um dos principais peixes da região amazônica e de maior sucesso na culinária de todo o Brasil, o tambaqui (*Colossoma macropomum*), está em perigo de extinção. A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Assuntos Indígenas da ALE-AM, presidida pelo deputado **Wilson Lisboa** (à direita) realizou Audiência Pública para discutir a pesca predatória do peixe na região.



“ **Defendemos uma moratória da captura da espécie por um prazo de até cinco anos. A própria lei está incentivando a pesca predatória do tambaqui”.**

Deputado estadual Wilson Lisboa (PCdoB)

Explicando que é preciso discutir a revisão da lei que permite a captura do tambaqui após o defeso

“ **Além da pesca predatória, as mudanças climáticas provocadas pelo constante desmatamento também são uma grande ameaça ao tambaqui”.**

Geraldo Bernardino - secretário executivo da Secretaria de Estado da Produção Rural

Defendendo união entre as esferas de poder para criação de uma campanha de proteção ao peixe

Em defesa da ZFM

Indústria de componentes do PIM à beira da sepultura

POR JUSCELINO TAKETOMI
ESPECIAL PARA O JJC

Segundo o deputado estadual José Ricardo Wendling (PT), o segmento de fios e cabos é o que mais preocupa as lideranças do Estado

A indústria de componentes do PIM (Polo Industrial de Manaus) está beirando a sepultura. Quem garante é o deputado estadual e economista José Ricardo Wendling (PT), que resolveu lançar um apelo desesperado, em forma de indicação na Assembleia Legislativa, à bancada federal do Estado do Amazonas no Congresso Nacional, na esperança de que a “via política” ajude a amenizar a situação moribunda do polo, que está sendo atropelado pela concorrência asiática.

Segundo o parlamentar expressou ao *Jornal do Comércio*, o segmento de fios e cabos é o que mais preocupa. “Pujante no passado e grande gerador de mão de obra, o polo sofre atualmente com a perda de competitividade em relação aos similares importados”, sustenta, afirmando que a perda de competitividade levou onze empresas a encerrarem suas atividades na Zona Franca de Manaus, dentre as quais a Philips Componentes, Sony Componentes e a Sanyo da Amazônia.

Um dos poucos segmentos de componentes que tentavam resistir à crise era o de fios e cabos, caracterizado por produtos de baixo custo e inten-

sivo nível de verticalização. Neste sentido, salienta José Ricardo, é um dos segmentos que mais gera empregos, pois cada produto novo demanda a instalação de uma nova linha e, conseqüentemente, a geração de novos postos de trabalho.

De acordo com o deputado, a política do PPB (Processo Produtivo Básico), que estabelece critérios de produção para os bens produzidos na ZFM, por um lado, torna os bens finais mais competitivos. No entanto, permite uma grande flexibilização quanto à aquisição de componentes locais, permitindo a importação em detrimento da produção local. “Por isso, o polo de fios e cabos cada vez mais tem dificuldade para sobreviver”, assinala, lamentando que, com base em dados da Suframa, apenas sete empresas continuam em atividade no PIM: GK&B, RCA, Brascabos, Digicabos, ACR Componentes, Gatsby do Brasil e SET do Brasil. Quatro empresas encerraram suas operações. “O segmento de fios e cabos teve redução de 52,8% de 2008 a 2010 e ao longo dos anos o declínio foi de 36,29%”, aponta, alertando que “para 2011 este indicador seja ainda menor”. Apesar de tudo, o faturamento do polo tem se mantido razoável.

Em 2006 os lucros somaram um total de R\$ 112.242.500 e em

2010 o faturamento alcançou R\$ 107.053.750.

Conforme José Ricardo, a indústria de componentes precisa urgentemente de ajuda política, pois representa bastante para o PIM, que apresenta “um faturamento fantástico” com os seus principais subsetores demandantes de fios e cabos. Em 2006, o PIM faturou US\$ 22.749.686.904 e em 2010 o faturamento ficou na ordem de US\$ 38.884.891.154. Para o deputado petista, esse cenário contrasta com a situação dos postos de trabalho abrangendo o polo de fios e cabos, que em 2006 disponibilizava 3.512 postos e em 2010 conseguiu empregar apenas 1.810 trabalhadores.

Em defesa da ZFM (continuação)

Concorrência e desastre

O produto similar asiático ameaça o PIM, pois uma empresa nacional dificilmente conseguirá competir com os importados

Na avaliação de José Ricardo Wendling, a exemplo de outros segmentos, a concorrência com similares importados, particularmente os asiáticos, esmaga o polo de fios e cabos. “Em linhas gerais, o produto similar de origem asiática ameaça o PIM, pois uma empresa nacio-

nal, cumpridora de suas obrigações trabalhistas e fiscais, por mais que reduza seus custos, dificilmente conseguirá competir com os produtos importados”, analisa.

Um outro problema é a aquisição de kits por parte do fabricante de bens finais, explica o parlamentar: “Embora a participação deste componente seja pequena, muitas vezes o fabricante de bem final acaba adquirindo-o dentro de um kit previamente negociado junto ao fornecedor de insumos”. Também há o problema dos PPBs dos bens finais, aponta o deputado. “Alguns PPBs (processo pro-

ductivo básico) preveem a utilização de fios e cabos dentro de um contexto de opções como no caso do Condicionador Ar Split e suas unidades e o de motocicletas. Nestes casos, a empresa não tem obrigatoriedade em adquirir o componente. Apenas poderá optar por este, que está elencado em um rol de opções. Outros PPBs, como no caso do carregador de telefone celular e de TV LCD, exige um percentual mínimo de regionalização deste componente”. Além desses problemas, o constante processo de redução da taxa do dólar também constitui um agravante. “A redução

da taxa estimula a importação do componente pronto em detrimento de adquiri-lo no mercado local”, destaca, vaticinando: “Entende-se que uma política que objetive incentivar o fabricante final a adquirir o componente no mercado local seria a melhor alternativa para garantir a sobrevivência da indústria de componentes do PIM”. Segundo José Ricardo, essa indústria possui o máximo de incentivos fiscais estaduais permitidos pela legislação, “mas esses incentivos se tornam ineficazes à medida em que as empresas não conseguem vender seus produtos”.

Editorial

Ônus tributário e o estímulo à sonegação pelo próprio cidadão

A Conferência WITS (Água, Inovação, Tecnologia & Sustentabilidade) 2011: Rio + 20, Água & Sustentabilidade, realizada no segundo dia da FIAM 2011, sugere a criação de um centro de pesquisas hídricas na Amazônia para começar a olhar os recursos hídricos como fator de compe-

titividade no mundo globalizado.

O conferencista da abertura do evento, da Universidade do México, fez a proposta reconhecendo o óbvio, que o Brasil dispõe da maior reserva de água do planeta ou 30% das reservas mundiais de água doce. Atualmente, grande parte dessa água nos meios fluviais é simplesmente roubada, levada como "lastro" de navios estrangeiros.

Do ponto de vista estrito do capitalismo, a proposta é válida, porém, pensar na água somente como fator de competitividade comercial, no momento em que o planeta chega aos 7 bilhões de habitantes e destes, pelo menos 2 bilhões têm pouco ou quase

nenhum acesso à água, soa com um sentido humanamente inaceitável.

Toda discussão a respeito do uso e utilização dos recursos hídricos mundiais deveria privilegiar a vertente humana da questão, refletindo sobretudo quanto ao direito do ser humano, enquanto pessoa, dispor de água para sua sobrevivência no planeta, tão necessária quanto o ar para respirar e o alimento para sustentar seu organismo físico.

Os líderes mundiais, especialmente de países como o Brasil, detentores de imensas riquezas, precisam definir a água como bem essencial da humanidade e não apenas como objeto de comércio e barganha.

Impostos

Arrecadação do AM mostra recuperação em setembro

Governo arrecadou R\$ 555 milhões em taxas e impostos, alta de 4,9%

POR JULIANA GERALDO

Depois de um setembro não muito favorável para os cofres públicos, em outubro o Amazonas começou a se recuperar. A arrecadação estadual foi de R\$ 555,2 milhões entre taxas e impostos, aumento de 1,96% em relação aos R\$ 544,5 milhões de setembro e 4,9% superior na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com dados divulgados pela Sefaz (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas).

Apesar do resultado positivo, com R\$ 502,5 milhões, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), principal imposto da arrecadação amazonense, apresentou ligeira queda de -0,99% na comparação com setembro. Já em relação a outubro do ano passado registrou um aumento de 0,56% no montante arrecadado.

Entre os setores econômicos, o ICMS da indústria levou para os cofres públicos R\$ 235 milhões, valor que apesar de ser 10,83% menor da arrecadação de outubro de 2010, representou recuperação de 5,33% no confronto com setembro, mês atípico em que o desempenho da indústria havia sido menor que o do comércio.

"A indústria segurou a produção para observar o cenário econômico global, mas já voltou a produzir para formação de estoque em virtude do Natal", afirmou o conselheiro titular do Corecon-AM (Conselho

Regional de Economia do Amazonas), Edson Fernandes Júnior.

Em contrapartida, o comércio que em setembro respondeu pela arrecadação de R\$ 228,3 milhões e ocupou o primeiro lugar entre os segmentos, esse mês com recuo de 7,03% retornou para a segunda posição com R\$ 212,2 milhões. No entanto, frente ao resultado de outubro anterior, o comércio arrecadou 10,55% a mais.

No caso do setor comercial, ele acredita que a queda nas vendas em setembro, considerado sazonalmente um mês muito fraco para o setor, refletiu na arrecadação de outubro. "No próximo mês acredito que teremos cifras maiores na arrecadação que deve se estender até o final do ano", projetou.

O advogado tributarista, Hamilton Caminha avalia que a tendência do comércio é de aproximação cada vez maior com a indústria. "O comércio vem se recuperando pela competência dos comerciantes e aumento do poder aquisitivo do manauara, o que justifica ter ultrapassado a arrecadação no mês passado, e apesar da queda, teve bom desempenho este mês", justificou.

Em terceiro lugar ficou o setor de serviços com o total de R\$ 55,326 milhões arrecadados, com pequena retração de -1,57% frente a setembro mas com acréscimo de 25,26% no confronto com igual período do ano anterior.

Mesmo com o ICMS em queda, um dos impostos que

garantiu o bom desempenho do 'leão' no Amazonas foi o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) que recolheu aos cofres estaduais R\$ 39,4 milhões, mais que o dobro do recolhido tanto em setembro deste ano (R\$19,6 milhões) quanto em outubro do ano passado (R\$ 15,9 milhões).

O advogado acrescentou que a atuação da Sefaz, juntamente com a Receita Federal e a CDL-Manaus (Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus), realizando um trabalho de educação fiscal no interior do Estado, também são responsáveis pelo bom desempenho. "Além disso, o crescimento da formalização

dos pequenos empresários e especialmente no caso do comércio, a presença de sistemas de arrecadação como Super Simples tem feito a diferença", concluiu.

Números

R\$ 5,21 bilhões

Entre janeiro e outubro, o Amazonas já arrecadou R\$ 5,21 bilhões. Só de ICMS foram R\$ 4,80 bilhões, o que representa 92,13% do total recolhido. A cifra total foi 6,13% superior aos R\$ 4,91 bilhões relativos ao mesmo período do ano passado.

Turismo de Negócios

Alavanca da exportação no Amazonas

Oturismo é a atividade que mais cresce no mundo. Em alguns países desenvolvidos a receita gerada em função desse mercado tem influência importante no Produto Interno Bruto (PIB). Lamentavelmente, nos países em desenvolvimento a visão sobre esse filão ainda é muito pobre tanto por parte do poder público quanto do privado, embora no governo do presidente Lula o setor mereceu prioridade com a criação do Plano Nacional do Turismo (PNT) para 2007 a 2010. Essa política bem definida abriu um leque de oportunidades regionais com a desconcentração de destinos cujo objetivo geral é a inclusão social a partir das várias ramificações que a atividade oferece.

Mara Matos

Especial para o JUC

De olho nesse manancial de oportunidades, a professora Olinda Marinho está desenvolvendo uma tese de Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (SC) em parceria com o Uninorte. O tema da sua dissertação é Turismo de Negócios como Alavanca da Exportação no Estado do Amazonas. Nessa entrevista, a professora fala sobre o objetivo da escolha e como vislumbra esse mercado de exportação de biojóias fabricadas com sobras da natureza que os artesãos e designers transformam em produtos genuinamente regionais.



Jornal do Commercio: Qual o objetivo desse trabalho?

OM: Sim, é um trabalho gigantesco. Embora isso muitas vezes não seja observado. A maioria das pessoas que observa esse lado positivo do turismo é de fora. Na verdade são pessoas que tem uma visão de mundo mais aberta. A nossa visão é muito regional, muito fechada. Então, nós precisamos desenvolver isso.

JUC: De que forma?

OM: Formando pessoas, formando cabeças criativas, através do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas universidades. Esse trabalho que eu estou fazendo é voltado, a princípio, para o setor de biojóias.

JUC: E qual o foco que a senhora está dando para a produção de biojóias?

OM: Estou focando a importância para o turista de negócios com alto potencial para aquisição do setor de biojóias de produtos. Temos que agregar valor e dizer como é feita uma biojóia. Dizer que esse produto é formado de sementes não germináveis, penas, couro de peixe, couro de cobra, couro de bichos, sobras da natureza que são aproveitadas pra este setor. É um estudo de caso múltiplo.

JUC: Como surgiu essa ideia?

Turismo de Negócios (continuação)

OM: Estou fazendo esse trabalho baseado em um planejamento estratégico, também para saber como as empresas estão trabalhando aqui a ideia do turismo como alavancador da economia. O meu objetivo é despertar essa visão de empresa. Será que realmente ela está mesmo maximizando? Por exemplo: O presidente Bill Clinton esteve aqui, o príncipe Charles, a princesa Rânia e a princesa Sofia. Todas essas pessoas que são referências no mundo recebem biojóias de presente. São produtos da região que estão sendo mostrados no mundo e não está sendo dada a atenção adequada. Por quê?

JC: *O que significa atenção adequada?*

OM: Por que o setor de biojóias é um dos mais promissores. Veja, o turista leva a jóia, também leva a embalagem, também feita

com o produto, que por sua vez é feito por pessoas capacitadas que produzem a jóia com o foco voltado para o desenvolvimento sustentável. Uma coisa liga a outra. E não tem cadeia melhor, como a do turismo pra mostrar isso. Antes isso estava por conta do comércio exterior. Sei disso porque sempre trabalhei com o comércio exterior. Como que eu posso mostrar que existe uma coisa muito maior em cima disso? Que são os valores agregados. Só através do turismo. Repito: o turismo mexe com todos os segmentos: transporte, hospedagem, alimentação, hotelaria... Todos os setores.

JC: *Como a senhora pretende divulgar esse negócio?*

OM: Eu já ministrei palestras na Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de São Paulo. Já ministrei treinamentos para prefeitos com o objetivo de mostrar

a economia da região dele. Muitas vezes o prefeito não conhece o valor agregado que a região dele possui. Ele é muitas vezes votado pelo carisma, ele não vê que tem verdadeiros "clusters" para alavancar a região dele, gerando empregos, mantendo sua população na região e evitando o êxodo rural. É todo um contexto.

Tony Santos

Qualishow 2011

O Presidente da FIEAM, Antonio Silva, recebendo a alta diretoria da Heineken do Brasil, na festa de entrega do Prêmio Qualidade do Amazonas, promovido pela Federação das Indústrias e Sebrae Amazonas. A Heineken recebeu o troféu ouro na modalidade Gestão.

Educação Continuada

Dezoito líderes dos setores de usinagem e ferrugem da Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda participam desde a segunda-feira (31) de palestras sobre relacionamento interpessoal, bem-estar no ambiente de trabalho, qualidade de vida, entre outros temas ministrados pelo Serviço Social da Indústria (SESI Amazonas). A iniciativa faz parte do projeto de Educação Continuada que disponibiliza capacitações gratuitas para os trabalhadores.

Tony Santos (continuação)

Apex em Moscou

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) realizou em Moscou, o "Brasil Tecnológico 2011 - Rússia", com a participação de 25 empresas do setor de tecnologia.

Além de criar oportunidades de negócios, o evento contou com seminários e soluções tecnológicas brasileiras em diversas áreas. Essa ação de posicionamento e imagem tem como objetivo melhorar a percepção internacional dos produtos e serviços, facilitar o acesso das empresas brasileiras a mercados no exterior e prospectar oportunidades de negócios de exportação.

Virada ambiental

O SESI participou da 1ª Virada Ambiental promovida pela Secretaria Municipal da Juventude, dia 30 de outubro, no Parque dos Bilhares. O evento teve por objetivo conscientizar a população à preservação do meio ambiente e constou de atividades como limpeza do ambiente, recolhimento de lixo eletrônico e mostra de artesanato.

Cobiça



A Montblanc apresentou a sua nova coleção intitulada "Collection Princesse Grace de Monaco", como homenagem ao legado artístico da princesa Grace Kelly. O conjunto foi exibido para 350 convidados VIPs. Um dos relógios mostrados vem numa caixa de safira rosa, adornados com pétalas de cortes em diamantes e alguns topázios. Os preços não foram divulgados.

Avestruz

Empresa produz cosméticos com óleo

Produto desenvolvido pela Ômegas da Amazônia é legalizado e foi apresentado durante a Fiam

De origem Rondoniense a empresa Ômegas da Amazônia Ltda. criada pelo Empresário José Francisco Cardozo, que trabalha com a criação de avestruz para produção de cosméticos e o desenvolveu do 1º óleo de avestruz destinado a alimentação. A empresa participou da 4ª Fiam2011 (Feira Internacional da Amazônia).

De acordo com Cardozo, a criação de avestruz começou em 2002, porém em 2004 a empresa precisou reestruturar produção para manter a criação de avestruz, para isso o empresário desenvolveu a 'Maratona Ecológica do Avestruz', com objetivo de levar à população informações sobre os benefícios do óleo.

"Enquanto nós realizávamos essa atividade, durante anos, mostrando o que o avestruz tinha de bom, eu procurava algo mais importante que a carne sem gordura, a pluma com qualidade para o carnaval e também o couro, considerado o segundo couro mais caro do mundo. Tudo isso é importante, mais eu procurava algo a mais, então encontramos a banha do avestruz, a qual contém ômega 3, 6 e 9", explicou Francisco.

Potencial e pesquisas

O empresário conta que



Foto: Arquivo 36

Óleo de avestruz é eficaz na recuperação de queimaduras, cortes e em outras aplicações

ele mesmo começou a usar o óleo de avestruz retirado da gordura do animal e como alimento, além de eficaz na recuperação de queimaduras, cortes e outras aplicações. "Comecei a doar, emprestar, passar em amigos e do mesmo modo todas as repostas foram rápidas substituindo inclusive alguns produtos vendidos em farmácias", destacou.

A partir desse resultado Cardozo começou a criar projetos para registrar o óleo, e tentar pesquisas no CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia), no Insti-

tuto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e em institutos e universidades no Pará e em Porto Velho.

No CBA e na UFPA foram realizados testes toxicológicos e de identificação das substâncias do óleo que permitiram a aprovação junto aos órgãos legais e a instalação da fábrica para produção do óleo em cápsula, em escala comercial.

"A partir da instalação da fábrica vamos partir para a realização de mais pesquisas para conhecer melhor o potencial do óleo de avestruz. Os benefícios

terapêuticos do óleo surgiram com a mesma intuição da utilização do óleo como alimento. O uso ainda não existia no Brasil ou no mundo, houve um desprezo por parte de empresas, então eu comecei a usar o óleo por conta própria", finalizou Cardozo.

Hoje o óleo de avestruz da empresa 'Ômegas da Amazônia' é legalizado e a inauguração da fábrica será no mês de novembro, em Mirante da Serra, Rondônia. Ele será produzido para ser vendido como um super alimento.

Estratégia & Ação



Estratégia & Ação

NILSON PIMENTEL

Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico Regional no Amazonas

A sociedade precisa entender os 'presentes' recebidos em referência a importância que o estado do Amazonas possui para a macroeconomia brasileira, notadamente quanto à proteção do mercado interno, frente à substituição de importações, que faz dos produtos produzidos no PIM (Polo Industrial de Manaus) um fator positivo ao superavit comercial, não permitindo que as importações de produtos manufaturados (dos tipos produzidos no PIM) tenham constante crescimento. Também, o quanto na manutenção da cobertura vegetal da Floresta Amazônica em baixíssimo grau de depredação, sem falar do fator determinante para o clima das regiões sul e sudeste que influencia na produção do agrobusiness. Assim também, na arrecadação de tributos federais, em cerca de 58% de toda a Região Norte.

Todos sabem que essas constatações não são reconhecidas por parcelas das sociedades daquelas regiões e, nem por certas áreas do governo federal. O que leva a tomar lugar em certas análises que o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) não se sustente somente como argumentação de questões geopolítica, mas de desconcentração do desenvolvimento econômico regional brasileiro, visto as desigualdades regionais, como processo induzido de desenvolvimento econômico regional de caráter exógeno (sustentado por capitais externos a região, de origem e de interesses).

Voltando aos presentes, vê-se que a prorrogação do modelo ZFM por mais 50 anos traz consigo fatores de conotações positivas e negativas, como também, a extensão dos Incentivos Fiscais dessa pequena área para outro vasto espaço territorial identificado como Região Metropolitana de

Manaus (RMM), necessitará do governo estadual uma série de diretrizes e procedimentos estratégicos como start para induzir processos de desenvolvimento econômico para aquelas áreas.

Entendendo-se que a Teoria Econômica que trata do crescimento econômico baseado no modelo do economista Robert Solow (neoclássico) de longo prazo, trata do crescimento econômico com acumulação de capital, com o crescimento do fator trabalho e as alterações tecnológicas necessárias, preocupando-se em demonstrar que o produto per capita é uma função crescente da razão entre capital e trabalho. Sendo que a força de trabalho tende a crescer a uma taxa natural (exógena ao modelo), mas necessária uma quantidade de poupança per capita, que deva ser utilizada para equipar aos novos trabalhadores (instrumentação educacional de qualificação e capacitação no local) com uma quantidade de capital per capita, que iguale a dos outros trabalhadores do sistema como um todo. Há de se convir que uma outra parte da poupança deva ser utilizada para garantir a não depreciação do capital investido.

Havendo como necessária que a primeira parte da poupança já citada seja para equipar os novos trabalhadores entrantes no sistema seja chamada "alargamento do capital" (expansão da força de trabalho) e que a poupança utilizada para aumentar a razão capital-trabalho possa ser tratada de "aprofundamento do capital e enraizamento no local". Questiona-se, se isto seja possível detectar no modelo

ZFM, e se pode alcançar a situação de steady state (estado estável), haja vista que o capital se alargou nesses últimos 44 anos do PIM, mas os outros fatores, nem tanto, pelo contrário, constata-se certo grau de deterioração. Se si pode assim considerar, o capital investido por trabalhador empregado,

A localidade define o espaço de articulação e implementação das ações voltadas para o desenvolvimento, mas não pode confiná-lo

se tem um rendimento crescente, chegando a esse ponto de equilíbrio não adianta investir mais no trabalhador que está na situação da poupança per capita igual ao alargamento do capital porque não se estará maximizando a produtividade deste trabalhador, pois o que se constata aqui no PIM, não se está havendo esse crescimento por falta de investimentos diretos em novas formações necessários ao outro estágio tecnológico alcançado.

Podendo-se questionar que não estar havendo o condicionante do crescimento econômico tão desejado, pois a taxa de crescimento da força de trabalho não é proporcional, senão vejamos as estatísticas apropriadas pela Suframa (Superintendência da Zona Franca Manaus), o capital cresceu, contudo o trabalho patina ao redor dos 100 mil empregos, fazem anos, e não se espera que haja um vigoroso crescimento,

só porque o modelo estará prorrogado por mais 50 anos.

Por isso, quando se trata de expandir, via decreto, os Incentivos Fiscais da ZFM para os espaços territoriais de RMM se tem muito que armar toda uma estratégia de atuação para cada território envolvido, porque as estratégias e iniciativas de desenvolvimento regional local, nos espaços territoriais concentravam-se especialmente no desenvolvimento econômico do espaço local, orientadas predominantemente para a indução e implementação de iniciativas de geração de emprego e renda local, imediatamente. Essas induções do agente governo tendem a ampliar o campo de ação, começando a atuar cada vez mais a partir de uma perspectiva integrada do desenvolvimento regional que vai para além do quadro puramente econômico, para se constituir em um desenvolvimento humano e socioeconômico, que implique na participação de todos os atores da sociedade civil e do tecido socioeconômico local como condição indispensável para a sustentabilidade do desenvolvimento.

O desenvolvimento local torna-se um conceito e um instrumento de organização do espaço econômico e de diálogo social que coloca, nas mãos dos seus beneficiários, os atores locais, a responsabilidade de desenhar e pôr em marcha estratégias sustentáveis de inclusão socioeconômica. Haja vista, entender-se que um dos fundamentos desse processo é

a mobilização do potencial endógeno do território, os pontos fortes de cada meio local, para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Portanto, a localidade e a articulação entre as instituições implicam em reconhecer um palco mais ou menos delimitado onde diferentes atores protagonizam jogos de poder constituído, como a noção de poder local. Para isso a localidade define o espaço de articulação e implementação das ações voltadas para o desenvolvimento, mas não pode confiná-lo, pois a questão da sustentabilidade da inclusão socioeconômica representa o enfrentamento do paradoxo central (Manaus)-local.

A valorização do padrão de desenvolvimento socioeconômico com base local emerge porque é na localidade que ocorrem as relações sociais e econômicas. Entretanto, a endogenia e a auto-suficiência não podem mascarar a natureza macroestrutural do desenvolvimento, dada a permeabilidade do processo de extensão do status quo vigente na ZFM.

Para isso, mais do que descobrir vocações regionais, recursos e potencialidades locais, parte da estratégia de desenvolvimento é a construção de um sistema local próprio. Portanto, para que o Amazonas possa usufruir e almejar resultados para a sociedade deve estabelecer diretrizes estratégicas, pois não se faz desenvolvimento por decreto, mas com ações concretas de planejamento econômico estratégico que induzam realmente esses processos.

NILSON PIMENTEL é economista, engenheiro, administrador, consultor de empresas e mestre em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas)

CAPA

EMPRESÁRIOS LESA-PÁTRIA

Traíras na ZFM

O governador Omar Aziz voltou a criticar empresários da Zona Franca de Manaus que atuam contra os interesses do Amazonas. Não citou nomes mas prometeu tomar providências.

Oxalá surtam o efeito esperado

Só faltava essa! Não bastassem os problemas infraestruturais que a Zona Franca de Manaus enfrenta, passados 44 anos desde a sua criação, agora teria entre os próprios empresários beneficiados com incentivos fiscais alguns deles agindo como "traíras", isto é, contribuindo para comprometer ainda mais a situação desse modelo de desenvolvimento regional. Não se trata de uma denúncia vazia. Muito ao contrário, ela foi explicitada pelo governador Omar Aziz, no último sábado, durante Conferência Estadual do PC do B no Amazonas. Aziz, no entanto, preferiu não dar

nome aos bois, mas garantiu em bom tom que aqueles que jogam contra a Zona Franca de Manaus sabem exatamente do que ele está falando. O governador, aliás, não ficou por aí, como estamos mostrando nesta edição. Ele afirmou que tomará as providências contra os empresários "lesa-pátria", afirmando que eles querem tirar indústrias do Amazonas, embora há muitos anos estejam ganhando dinheiro com a Zona Franca de Manaus. "Tramam à surdina, nos gabinetes de Brasília e na avenida Paulista, em São Paulo", disse Aziz.

Visivelmente indignado, o governador disse que vai procurar os presidentes das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus para, juntamente com eles, tomar as medidas cabíveis contra os "vendilhões" da nossa principal locomotiva industrial. Afinal, não se pode admitir, segundo ele, que pessoas discutam uma coisa em relação ao modelo e depois usem os elementos dessa mesma discussão contra o Amazonas. O Amazonas ainda não pode prescindir da ZFM, cujos incentivos fiscais deverão ser prorrogados por mais cinquenta anos, conforme Proposta de Emenda

Constitucional assinada pela presidente Dilma Rousseff em Manaus, no último dia 24 de outubro, quando ela aqui esteve para o aniversário da cidade e para a inauguração da ponte Rio Negro. Embora o próprio governador Omar Aziz, dias depois, por meio de sua assessoria de comunicação, tivesse dito que só isso não basta para o fortalecimento do modelo, elogiou o importante gesto da presidente, prometendo fazer o que estiver ao alcance de seu governo em defesa da ZFM. No caso em questão, seus movimentos vão nessa direção. Oxalá surtam o efeito esperado.

Sim & Não

AM x SP A crise política entre Amazonas e São Paulo se aprofunda. Sábado, por exemplo, o governador Omar Aziz (PSD) disse que, na surdina, empresários paulistas estão tramando contra a Zona Franca em gabinetes de Brasília e na Avenida Paulista.

Repúdio Também sábado, na mesma linha de Omar, o senador Eduardo Braga (PMDB) disse que os ataques contra a prorrogação da ZFM são coordenados pela elite industrial e política de São Paulo: "A essa elite, o meu repúdio", declarou.

Desabafo

Omar critica 'traíras' da ZFM

Governador não citou nomes, mas disse que há empresários "lesa-pátria" que querem tirar daqui indústrias incentivadas

ROSIENE CARVALHO
Da Equipe de A Crítica

O governador Omar Aziz (PSD) voltou a reclamar de empresários da Zona Franca de Manaus (ZFM) que atuam contrários aos interesses locais e disse que irá tomar medidas contra os mesmos. A declaração foi feita na abertura Conferência Estadual do Partido Comunista do Brasil (PC do B), onde Omar Aziz também descartou a possibilidade de mexer no secretariado.

"Há empresários lesa-pátria, que querem tirar indústrias do Amazonas e que há muitos anos estão ganhando dinheiro aqui. Tramam na surdina, nos gabinetes de Brasília e na avenida paulista em São Paulo", disse.

O governador disse preferir não identificar publicamente quem são os "traidores" da ZFM, mas prometeu retaliação. "Não vou citar nomes. Essas pessoas sabem do que eu estou falando. Vou tomar providências com os presidentes dessas indústrias. Como você pode ter pessoas dis-

Frase

“

"Temos que tomar providências. E irei tomá-las, disso estejam certos"

Omar Aziz

cutindo com você e usando esse conhecimento contra nós? Isso existe muito e eu irei tomar essas providências", declarou.

O governador disse se entristecer com os empresários que enriquecem em Manaus e tramam contra a Zona Franca. "É muito ruim quando vamos discutir o PPB (Processo Produtivo Básico) com indústrias aqui e indústrias instaladas aqui estão discutindo PPB para se instalar

em São Paulo", reclamou.

Omar Aziz já havia demonstrado insatisfação com o mesmo grupo de empresários (também sem citar nomes) na Fleam e na abertura da Feira Internacional da Amazônia (FIAM).

SEFAZ

Tentando dar limite aos boatos de renovação do secretariado, após a troca de nomes em três pastas (Seplan, PGE e SSP), Omar Aziz disse que não ter planos imediatos para que a Sefaz tenha novo líder. O atual secretário é Isper Abraham, que comanda a pasta desde o governo Eduardo Braga.

"Não haverá mudanças, não já. Estou indo agora, inclusive, me reunir com ele (Isper Abraham). E não é para tratar de mudança", declarou Omar Aziz.

A senadora Vanessa Grazziotin, no entanto, admitiu que o PCdoB continua tecendo renovação no secretariado de Omar Aziz. A troca visada pelos comunistas é na de Esporte. Embora admita, que também esteja cogitando indicação em outra pasta.

Encontro marcado na TV

CAMILA CARVALHO
Equipe EM TEMPO

A bancada amazonense no Senado se encontrará publicamente, pela primeira vez, para debater os problemas do Estado. Os três senadores, Eduardo Braga (PMDB), Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Alfredo Nascimento (PR-AM), estarão frente a frente — ao vivo — por pelo menos uma hora durante o programa "Assunto de Estado", exibido pela TV Senado, que vai ao ar hoje, a partir das 21h30 (horário de Brasília).

Esta será a primeira vez que os parlamentares se 'unirão', em benefício do Amazonas desde que o senador e ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, entregou uma 'carta irrevogável' pedindo sua exoneração do cargo à presidente Dilma Rousseff (PT). Nascimento foi acusado de

participar de um suposto esquema de superfaturamento em obras e recebimento de propina envolvendo servidores e órgãos ligados ao Ministério dos Transportes. A 'crise' se instaurou após denúncias de que seu filho, Gustavo Moraes Pereira, teria enriquecido ilícitamente com recursos da pasta.

Após as denúncias, os senadores preferiram não se manifestar sobre os fatos relacionados ao ministério. Ao retornar para a cadeira no Senado, o ex-ministro foi sabatinado pelos demais parlamentares e disse se sentir abandonado pela presidente Dilma. Presidente nacional do Partido da República, depois de demitido do Ministério dos Transportes Alfredo Nascimento anunciou a saída da sigla da base de apoio à presidente no Congresso Nacional.

Depois da 'sabatina', o se-

nador preferiu manter o silêncio e não tem comentado as recentes denúncias de que manteria um motorista como assistente de gabinete. Como parlamentar amazonense, ele tem participado das reuniões da bancada, mas tem evitado se pronunciar na tribuna da Casa ou participar de solefidades no Estado.

Procurado pelo EM TEMPO, o senador não quis comentar a participação no debate ao vivo entre os parlamentares amazonenses e nem mesmo se pronunciar a respeito do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) Federal 103/2011 que prevê a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos. A PEC foi dada de 'presente' pela presidente Dilma Rousseff durante a inauguração da ponte Rio Negro, no último dia 24 de outubro, em comemoração ao aniversário de Manaus.

Sem "saia-justa" no debate

O senador Eduardo Braga e a senadora Vanessa Grazziotin descartaram a possibilidade de uma 'saia-justa' durante o encontro no programa de TV.

De acordo com a senadora comunista, a discussão é ao vivo e com a interação de internautas e telespectadores, mas os debates são pautados previamente pela equipe do programa. "O ponto forte não serão denúncias, mas sim discussões referentes à sustentabilidade e Zona Franca de Manaus (ZFM)", disse.

A produção do programa informou que na pauta estão: as perspectivas para ZFM; Código Florestal e impacto da lei para o

Amazonas; investimentos em pesquisa, tecnologia e combate à biopirataria. Além disso, os senadores devem fazer uma avaliação das vocações econômicas do Estado e explicar políticas públicas para áreas estratégicas como a segurança nas fronteiras, investimentos em ecoturismo e desenvolvimento atrelado à sustentabilidade.

Os telespectadores poderão participar enviando perguntas pelo telefone 0800 612211, pelo formulário disponível na página do "Alô, Senado", no portal do Senado (www.senado.gov.br/Alôsenado) e pela página do programa nas redes sociais (@tvnsenado).

Reestruturação dos ministérios

Desde que assumiu o mandato em 1º de janeiro deste ano, a presidente Dilma Rousseff já mudou oito vezes os ministros que compõem o primeiro escalão do seu governo.

As denúncias de má-gestão começaram com o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci (PT-SP), em junho deste ano.

As recentes mudanças foram nas pastas de Turismo, que deixou de ser comandada por Pedro Novais (PMDB-MA) e na de Esporte, com a saída do ex-ministro Orlando Silva.

Sérgio Frota



Governador Omar Aziz, ao lado o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, na abertura da Feira Internacional da Amazônia - 2011

CAPA

Chineses projetam investimentos de R\$ 1,3 bilhão em fábricas no PIM

- ▼ Valor é referente a 38 projetos industriais com incentivos fiscais aprovados pela Suframa, sendo que a maior parte é destinada à ampliação e diversificação de unidades em operação.

Editorial

Editorial

A força da China no PIM

A consolidação da economia brasileira e a necessidade da China expandir seus negócios e produtos no mundo fazem do Polo Industrial de Manaus (PIM) solo fértil para o capital chinês.

Principal parceiro comercial do Brasil, a China tem alavancado seus investimentos no Estado. No cenário mais recente, traçado

pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), os chineses apresentaram, entre os anos de 2008 e 2011, 38 projetos industriais, que somados representam em torno de R\$ 1,3 bilhão em novos investimentos, representando uma previsão de oferta de 15 mil novos postos de trabalho. O aporte chinês, proporcionado pelo interesse de gerar lucros a partir da produção no PIM, poderá ser responsável por, aproximadamente, 12% da mão de obra empregada pelas fábricas instaladas em Manaus. Os investimentos chineses estão concentrados em sua maioria nos Polos Eletroeletrônico e de Duas Rodas.

Principal parceiro comercial do Brasil, a China tem alavancado seus investimentos no Estado.

Levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, revela que nos anos de 2009 e 2010, 56,5% dos investimentos chineses anunciados para a Região Norte ficaram concentrados no segmento de Duas Rodas e 43,4% foram direcionados ao Polo Eletroeletrônico.

O investimento chinês

Entre os entraves para a expansão do capital chinês no PIM, a logística, ainda é um gargalo para os investidores.

mais recente no PIM é o da Moto Traxx da Amazônia, empresa que faz parte do China South Industries Group (CSIG), um dos maiores fabricantes mundiais de motocicletas, que está investindo aproximadamente US\$ 190 milhões (cerca de R\$ 330 milhões) destinados à construção da planta fabril em Manaus, que produzirá

motocicletas acima de 100 cilindradas de potência.

Além dos incentivos fiscais, exclusivamente assegurados pelo PIM e que possibilitam uma redução no custo final dos produtos, o investidor chinês tem encontrado no Amazonas uma farta mão de obra e terrenos a preços mais acessíveis em comparação aos valores praticados nos demais centros industriais do País, segundo constatação da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico. Entre os entraves para a expansão do capital chinês no PIM, a logística, ainda é um gargalo para o mercado dinâmico da China.

Claro & Escuro

3

é o número de

instalações disponíveis no Distrito Industrial de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Amazonas (Dimpe).

O edital para a seleção dos empresários está disponível na página

www.seplan.am.gov.br item 'Destaques' detalha os critérios de participação.

Em três anos, indústrias chinesas acumulam investimentos de R\$ 1,3 bi

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Divulgação Moto Traxx

MANAUS

Nos últimos três anos, o Polo Industrial de Manaus (PIM) recebeu 38 projetos industriais de empresas da China. Juntos, os projetos somam em torno de R\$ 1,3 bilhão (US\$ 730,7 milhões), de investimentos previstos. Com isso, empresários chineses esperam gerar mais de 15,2 mil empregos diretos. Os dados são da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

De acordo com a autarquia, nesse período foram quatro projetos de implantação de novas fábricas, que contabilizam US\$ 20 mi em investimentos e 537 pessoas empregadas. No entanto, o maior número é o de projetos de diversificação, ampliação e atualização de empresas já existentes no PIM, que juntos, somam US\$ 710,4 mi de aporte e 14,7 mil empregos.

Dos projetos das empresas já instaladas no Polo Industrial, o maior é o da Moto Traxx da Amazônia, que recebeu aval para produzir motocicletas acima de 100 cilindradas, com investimentos de US\$ 189,9 mi. A Envision Indústria de Produtos Eletrônicos é responsável pelo segundo maior projeto com investimento chinês de US\$ 101,8 mi para a fabricação de TV em cores com tela de cristal líquido.

Os setores de Eletroeletrônicos e Duas Rodas são predominantes na listas de investimentos chineses, como o da CR Zongshen do Brasil, para a implantação de uma fábrica de bicicletas e peças para motos, que somam US\$ 11,3 mi.

Na avaliação do diretor-geral da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), Tang Wei, o número de empresas com capital chinês está aumentando a cada ano e a tendência é evoluir mais ainda. Segundo ele, o PIM possui vários fatores que ajudaram a acelerar a entrada

das empresas chinesas. "As grandes indústrias chinesas, após anos de estruturação, já estão sólidas e têm como estratégia expandir seus produtos para o mundo. Hoje, não se pode mais desprezar o mercado brasileiro", destacou Wei.

Segundo Wei, outra grande atração do PIM, além dos incentivos fiscais, é a facilidade em comprar terrenos a um preço simbólico, além de outras vantagens oferecidas pelo Governo. "Durante esses anos, os antigos clientes da China, como Europa e os Estados Unidos, entraram em crise e passam por problemas sérios. África, por exemplo, enfrenta problemas de instabilidade política. O Brasil tem uma economia consolidada, estabilidade política, com grandes eventos, projetos do governo e se tornará um dos maiores mercados para investimento estrangeiro direto", acena

Em três anos, indústrias chinesas acumulam investimentos de R\$ 1,3 bi (continuação)

GARGALO

Logística inibe expansão de investimentos chineses

Mesmo com tanto interesse vindo do outro lado do planeta, a China ainda vê alguns entraves no ingresso do mercado brasileiro, principalmente em Manaus. Na opinião do diretor da Fortune Consulting (empresa de consultoria que trabalha apenas com negócios entre o Brasil e a China), Paul Liu, as questões trabalhistas, fiscais e tributárias ainda intimidam alguns investidores.

Outro gargalo enfrentado é a logística, mas, de acordo com Liu, se houver algum incentivo que justifique entrar no mercado, as empresas pensam “com carinho” em investir.

“Manaus tem algumas vantagens à frente do resto do Brasil por ser

uma Zona Franca, mas perde por estar muito longe do mercado de consumo. Os incentivos despertam sim grande interesse, mas apenas nas gigantes chinesas, pois se a companhia possui uma estrutura pequena, não justifica a vinda para o Amazonas”, destacou Liu.

Na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), um projeto para a implantação de uma fábrica de relógios será colocado para apreciação. O projeto, de capital chinês, prevê o investimento total de R\$ 6,9 mi nos próximos três anos, para a fabricação de relógios de pulso, da empresa Yongfeg Chen, além da geração de 39 empregos diretos.